



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 12ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810303

Processo nº **0007605-62.2020.8.17.2001**

AUTOR: RODOLFO GUEDES DA SILVA

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

SENTENÇA

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT proposta por RODOLFO GUEDES DA SILVA contra MAPFREVERA CRUZ SEGURADORA S/A e SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

Diz a parte autora que sofreu acidente de trânsito em 23/12/2018, sofrendo lesões que o deixaram com debilidade permanente.

Afirma que recebeu extrajudicialmente a quantia de R\$ 1.687,50, mas entende que faz jus a indenização em patamar mais elevado.

Em ID nº 59286648 houve apresentação de peça de defesa.

Arguiu, preliminarmente, inépcia da inicial – documentos ilegíveis e ausência de documento indispensável (laudo do IML).

Aduziu que a parte autora não comprovou invalidez permanente superior àquela constatada pela seguradora. Sendo assim, o valor já adimplido pela ré seria suficiente à indenização pela lesão sofrida.

Sustenta que o pagamento feito extrajudicialmente obedece aos ditames da lei e se adéqua à lesão verificada na demandante.

Foi realizada perícia por *expert* de confiança do juízo em ID nº 67744367 e, sobre o laudo, ambas as partes se manifestaram, conforme ID's 67808446 e 68449707.

É o relatório.

Decido.

A ação comporta julgamento antecipado, eis que incidente na hipótese do art. 355, I do CPC.

O caso em análise deve ser visto em estrita obediência à Lei nº 6.194/74.

Antes de adentrar ao mérito, rechaço as preliminares trazidas com a contestação, uma vez que o conjunto de documentos acostados aos autos são suficientes para comprovar o acidente e lesão sofridos; bem como, desnecessário o documento do IML, visto que foi feita perícia por médico de confiança do juízo.

Diante do laudo elaborado por perito, pode-se constatar que a parte autora sofreu a perda da mobilidade do punho direito em decorrência de acidente de trânsito sofrido. Segundo a tabela da Lei nº 11.945/2009, danos nesta parte do corpo impõem uma indenização correspondente a 25% do teto estabelecido. Assim, inicialmente, a parte autora faria jus a uma indenização no valor de R\$ 3.375,00.



Ocorre que, a referida Lei impõe ainda que, além dessa primeira análise, seja feita outra, que deve levar em conta a intensidade da lesão. Esse, inclusive, é o entendimento sumulado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça (enunciado da súmula 474, STJ^[1]).

Assim, o perito indicou que a lesão no punho direito foi de grau intenso, cabendo a indenização em 75% do valor obtido na primeira análise.

Dessa forma, chega-se à conclusão que a indenização devida à parte autora corresponde a R\$ 2.531,25.

Como o próprio demandante informa já ter recebido a quantia de R\$ 1.687,50, cabível a complementação no montante de R\$ 843,75.

Assim, considerando que o pagamento administrativo foi feito a menor, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a ré, ao pagamento da indenização no valor de R\$ 843,75. Tal valor deve ser acrescido de correção monetária através da tabela encoge a partir do evento danoso, além de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação.

Condeno a ré nas custas e honorários, fixando os últimos em 20% sobre a condenação.

Havendo valores a liberar ao perito, expeça-se alvará.

Certificado o trânsito em julgado, aguarde-se o prazo de 15 dias para fins de manifestação voluntária das partes. Decorrido dito prazo, remeta-se ao arquivo com anotações de estilo, sem prejuízo de eventual posterior ingresso de cumprimento de sentença o qual deverá tramitar por meio do sistema PJe, nos moldes da Instrução Normativa nº 13, de 25 maio de 2016, publicada no DJe, Edição nº 98/2016 de 27 de maio de 2016.

Caso haja recurso de apelação, considerando que a hipótese dos autos não trata dos arts. 331 (indeferimento da inicial), 332 (improcedência liminar) e 485, § 7º (sentença terminativa), do CPC, intime-se a parte apelada para, querendo apresentar contrarrazões. Atente-se a Diretoria Cível ao disposto no art. 1.009, §§ 1º e 2º do NCPC, intimando a parte recorrente para se manifestar, caso sejam suscitadas em contrarrazões as questões resolvidas na fase de conhecimento que não comportaram agravo de instrumento. Após, remetam-se os autos ao TJPE, em conformidade com o que dispõe o art. 1.010, § 3º, do NCPC.

^[1] A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

P. R. I.

RECIFE, 24 de setembro de 2020

Juiz(a) de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 12ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0007605-62.2020.8.17.2001
AUTOR: RODOLFO GUEDES DA SILVA

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 12ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 68489825, conforme segue transcrito abaixo:

" SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT proposta por RODOLFO GUEDES DA SILVA contra MAPFREVERA CRUZ SEGURADORA S/A e SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT. Diz a parte autora que sofreu acidente de trânsito em 23/12/2018, sofrendo lesões que o deixaram com debilidade permanente. Afirma que recebeu extrajudicialmente a quantia de R\$ 1.687,50, mas entende que faz jus a indenização em patamar mais elevado. Em ID nº 59286648 houve apresentação de peça de defesa. Arguiu, preliminarmente, inépcia da inicial – documentos ilegíveis e ausência de documento indispensável (laudo do IML). Aduziu que a parte autora não comprovou invalidez permanente superior àquela constatada pela seguradora. Sendo assim, o valor já adimplido pela ré seria suficiente à indenização pela lesão sofrida. Sustenta que o pagamento feito extrajudicialmente obedece aos ditames da lei e se adéqua à lesão verificada na demandante. Foi realizada perícia por expert de confiança do juízo em ID nº 67744367 e, sobre o laudo, ambas as partes se manifestaram, conforme ID's 67808446 e 68449707. É o relatório. Decido. A ação comporta julgamento antecipado, eis que incidente na hipótese do art. 355, I do CPC. O caso em análise deve ser visto em estrita obediência à Lei nº 6.194/74. Antes de adentrar ao mérito, rechaço as preliminares trazidas com a contestação, uma vez que o conjunto de documentos acostados aos autos são suficientes para comprovar o acidente e lesão sofridos; bem como, desnecessário o documento do IML, visto que foi feita perícia por médico de confiança do juízo. Diante do laudo elaborado por perito, pode-se constatar que a parte autora sofreu a perda da mobilidade do punho direito em decorrência de acidente de trânsito sofrido. Segundo a tabela da Lei nº 11.945/2009, danos nesta parte do corpo impõem uma indenização correspondente a 25% do teto estabelecido. Assim, inicialmente, a parte autora faria jus a uma indenização no valor de R\$ 3.375,00. Ocorre que, a referida Lei impõe ainda que, além dessa primeira análise, seja feita outra, que deve levar em conta a intensidade da lesão. Esse, inclusive, é o entendimento sumulado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça (enunciado da súmula 474, STJ[1]). Assim, o perito indicou que a lesão no punho direito foi de grau intenso, cabendo a indenização em 75% do valor obtido na primeira análise. Dessa forma, chega-se à conclusão que a indenização devida à parte autora corresponde a R\$ 2.531,25. Como o próprio demandante informa já ter recebido a quantia de R\$ 1.687,50, cabível a complementação no montante de R\$ 843,75. Assim, considerando que o pagamento administrativo foi feito a menor, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a ré, ao pagamento da indenização no valor de R\$ 843,75. Tal valor deve ser acrescido de correção monetária através da tabela encoge a partir do evento danoso, além de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Condeno a ré nas custas e honorários, fixando os últimos em 20% sobre a condenação. Havendo valores a liberar ao perito, expeça-se alvará. Certificado o trânsito em julgado, aguarde-se o prazo de 15 dias para fins de manifestação voluntária das partes. Decorrido dito prazo, remeta-se ao arquivo com anotações de estilo, sem prejuízo de eventual posterior ingresso de cumprimento de sentença o qual deverá tramitar por meio do sistema PJe, nos moldes da Instrução Normativa nº 13, de 25 maio de 2016, publicada no DJe, Edição nº 98/2016 de 27 de maio de 2016. Caso haja recurso de apelação, considerando que a hipótese dos autos não trata dos arts. 331 (indeferimento da inicial), 332 (improcedência liminar) e 485, § 7º (sentença terminativa), do CPC, intime-se a parte apelada para, querendo apresentar contrarrazões. Atente-se a Diretoria Cível ao disposto no art. 1.009, §§ 1º e 2º do NCPC, intimando a parte



recorrente para se manifestar, caso sejam suscitadas em contrarrazões as questões resolvidas na fase de conhecimento que não comportaram agravo de instrumento. Após, remetam-se os autos ao TJPE, em conformidade com o que dispõe o art. 1.010, § 3º, do NCPC. [1] A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. P. R. I. RECIFE, 24 de setembro de 2020 Juiz(a) de Direito"

RECIFE, 30 de setembro de 2020.

DANIELLE CHRISTINE NOBRE DE ALMEIDA

Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 12ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0007605-62.2020.8.17.2001
AUTOR: RODOLFO GUEDES DA SILVA

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção B da 12ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

BENEFICIÁRIO (001): PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06 (PERITO)
VALOR AUTORIZADO: R\$ 300,00 (trezentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.
DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - 2717 040 01786646-7

Tudo conforme **DECISÃO/DESPACHO/SENTENÇA** de **ID 68489825**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado: "...Havendo valores a liberar ao perito, expeça-se alvará. ... P. R. I. RECIFE, 24 de setembro de 2020 Juiz(a) de Direito".

Eu, DANIELLE CHRISTINE NOBRE DE ALMEIDA, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé, RECIFE, 30 de setembro de 2020.

DANIELLE CHRISTINE NOBRE DE ALMEIDA
Diretoria Cível do 1º Grau
(Assinado eletronicamente)

MARCUS VINICIUS NONATO RABELO TORRES
Juiz(a) de Direito
(Assinado eletronicamente)

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Alvará impresso.
Grato.





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 12ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0007605-62.2020.8.17.2001
AUTOR: RODOLFO GUEDES DA SILVA

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR SEM RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos a carta devolvida referente a intimação de RODOLFO GUEDES DA SILVA, tendo como motivo de devolução: não procurado . O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 19 de outubro de 2020.

ROBERTA CORTEZ DE CARVALHO
Diretoria Cível do 1º Grau



E-162

NÃO PROCURADO

Nome: RODOLFO GUEDES DA SILVA
Endereço: GJ P10 X, 1397, ZONA RURAL, CARPINA - PE - CEP: 55810-000

0007605-62.2020.8.17.2001 ID 64959548
INTIMAÇÃO Seção B da 12ª Vara Cível da Capital



Correios REGISTRADO URGENTE registered priority PESO (kg) weight 0.20

Recebedor ☒ AR ☐ MP

Assinatura _____ Doc. _____

JU 65737954 2 BR



DIRETORIA CIVIL DE 1º GRAU DA CAPITAL
FÓRUM DESEMBARCADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR
AV. DESEMBARCADOR GUERRA BARRETO, S/N
LHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP. 50.080-90.

AO REMETENTE

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)





AVISO DE
RECEBIMENTO

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ENDE

Nome: RODOLFO GUEDES DA SILVA
Endereço: GJ PIO X, 1397, ZONA RURAL, CARPINA - PE - CEP: 55810-000

CEP / C

0007605-62.2020.8.17.2001

ID 64959548

5

PAÍS / PAYS

INTIMAÇÃO

Seção B da 12ª Vara Cível da Capital

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI



PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE



EMS



SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JU 65737954 2 BR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)



DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

27 JUL 2020

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /
:	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

RETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL

FORUM DE DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1ª ANDAR

AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N

LHA JOANA BEZERRA RECIFE PE CEP: 50.080-90

UF

BRASIL
BRÉSIL

--	--	--	--	--	--	--	--

